

AS CAUSAS DO AMOR E A FORMAÇÃO HUMANA NA PERSPECTIVA DE TOMÁS DE AQUINO: REFLEXÕES ACERCA DO PROCESSO EDUCATIVO NO CAMPO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Rafael Henrique Santin

Resumo

Nesta comunicação faremos uma análise sobre as relações entre as causas do amor como paixão da alma e a formação/educação humana na perspectiva de Tomás de Aquino. O caminho teórico-metodológico que nos fundamenta é a História Social, cujos princípios buscamos essencialmente na obra de Marc Bloch. Nossa fonte é a *Questão 27* da Primeira Seção da Segunda Parte da *Suma Teológica*, obra escrita pelo teólogo dominicano Tomás de Aquino (1225-1274). Acreditamos que o estudo dos textos tomasianos, particularmente nossa fonte para esta exposição permite, por um lado, compreender como o mestre Tomás concebia o processo educativo século XIII e, por outro, depreender delas lições importantes sobre os homens, a sociedade e a educação, nos dias atuais.

Palavras-chave: História da Educação; Tomás de Aquino; *Suma Teológica*; Amor.

Considerações iniciais

Neste trabalho analisaremos uma das Questões desenvolvidas por Tomás de Aquino na *Suma Teológica* acerca das paixões da alma, destacando as contribuições do teólogo dominicano do século XIII para a História da Educação. Acreditamos que esse estudo contribui para, dentre outras coisas, situar a relevância da *Suma Teológica* como fonte histórica que nos permite não só entender o modo como os homens do Ocidente medieval concebiam o processo educativo, mas, também, extrair lições importantes para a educação contemporânea – no sentido de ‘tirar proveito’ da História, como nos ensinou Políbios (1985).

Nessa perspectiva, partimos dos pressupostos teórico-metodológicos da História Social, fundamentando-nos principalmente em Marc Bloch (2001). De acordo com ele, o historiador precisa analisar seu objeto numa perspectiva de totalidade, e isso implica considera-lo em relação à sociedade que lhe serviu de atmosfera. Assim, podemos nos questionar, por um lado, qual a relevância de debater o amor e suas causas no âmbito da Universidade medieval, num tempo de renascimento comercial e urbano e, portanto, de sistematização de novas formas de viver em sociedade (OLIVEIRA, 2008), bem como as

razões pelas quais era importante que um mestre em Artes ou Teologia dominasse esse tema. Por outro lado, podemos considerar as lições que Tomás de Aquino pode dar à nós, no presente, que vivemos um tempo diferente, mas partilhamos alguns desafios, como o de ensinar e aprender a sermos indivíduos singulares, vinculados cultural e historicamente a determinado grupo ou sociedade.

Esse último questionamento nos leva a observar mais um princípio da História Social que nos serve de guia, o de que o historiador se preocupa, em primeiro lugar, com os problemas do seu próprio tempo. O trabalho do historiador, nesse sentido, também deve ser considerado numa perspectiva histórica. Por isso, Bloch (2001) esclareceu que o ato de se interessar pelo passado e estudá-lo com rigor e método não surge do interesse pelas coisas antigas, mas sim do interesse pelo tempo presente e da convicção de que a História pode nos ensinar sobre os homens e as relações sociais.

A *Suma Teológica*, como afirmou o próprio Tomás de Aquino, foi destinada aos alunos da Universidade. O teólogo começou a escrever a *Suma* em 1265, mesmo ano em que é enviado a Roma para dirigir a escola de Santa Sabina e que começa a escrever, também, seus comentários às obras de Aristóteles, mas não chegou a terminá-la. Antes de começar a compor a obra em questão, ele foi aluno, entre 1245 e 1248, e professor, entre 1252 e 1259, em Paris, primeiro como bacharel sentenciário e depois como mestre de Teologia, até ser levado a assumir compromissos da Ordem Dominicana em Nápoles, para a organização dos estudos da Ordem, e Orvieto, para servir à corte do papa Urbano IV que pensava uma união do Oriente cristão com o Ocidente cristão. Esse foi, com efeito, o contexto de surgimento da *Suma*.

Acreditamos que os dados apresentados acima são importantes, pois evidenciam o envolvimento de Tomás de Aquino com os estudos e o desenvolvimento da Universidade medieval. Além disso, as Questões da *Suma Teológica* têm a estrutura da ‘disputa’, prática sobre a qual se sustenta o método escolástico, sistematizado nas Universidades do século XIII: primeiro, fixa-se o problema, depois, elabora-se uma hipótese, em seguida, fazem-se objeções para confirmar a hipótese. Às admoestações seguem contra-objeções e a estas a elaboração da resposta pelo mestre, que respeita as posições defendidas no debate. Por fim, dão-se respostas às objeções (LE GOFF, 2010; NUNES, 1979; OLIVEIRA, 2005; VERGER, 2006).

Contudo, as circunstâncias de vida do autor não dão conta, sozinhas, de explicar a importância da *Suma Teológica* como fonte para o estudo da História da Educação. Consideramos que o conteúdo das *Questões* é igualmente relevante e pode demonstrar o

compromisso de Tomás de Aquino com as questões do seu tempo histórico. Dentre os acontecimentos marcantes daquela época, destacamos o renascimento da atividade comercial e das cidades, que já eram no século XIII espaços essenciais para a civilização ocidental, o surgimento das ordens mendicantes, principalmente as Ordens Dominicana e Franciscana, e o nascimento da Universidade (OLIVEIRA, 2008).

O século XIII: as cidades, o comércio, as Universidades e as Ordens Mendicantes

O período que compreende os séculos XI, XII, XIII e XIV, segundo Guizot (2005), foi marcado por uma série de mudanças decorrentes, principalmente, da consolidação do sistema feudal e dos renascimentos urbano e comercial. Estas transformações desenvolveram-se acompanhadas de outras, que colocavam em pauta novos interesses e valores.

O historiador do século XIX analisa estas transformações e destaca o papel do comércio e das corporações de ofício, dos burgueses e dos mercadores que principiavam a expandir sua influência na cristandade, o que provocou o crescimento dos aglomerados urbanos:

No momento em que a feudalidade já estava bem estabelecida, quando cada homem tomou seu lugar, fixando-se na terra, quando a vida errante cessou, ao final de um certo tempo, as cidades recomeçaram a adquirir alguma importância, desenvolvendo-se nelas, novamente, alguma atividade. Como vocês sabem, dá-se com a atividade humana algo semelhante ao que ocorre com a fecundidade da terra: cessada a desordem, tudo volta a germinar e a florir. Basta o menor clarão de ordem e paz e o homem retoma a esperança, e com a esperança o trabalho. É isso que ocorreu nas cidades; desde que o regime feudal se assentara um pouco, surgiram, entre os possuidores de feudos, novas necessidades, um certo gosto pelo progresso, pelo melhoramento. Para satisfazê-las, um pouco de comércio e de indústria reapareceu nas cidades localizadas nos domínios desses senhores; a riqueza, a população, nelas reaparecem. (GUIZOT, 2005, p. 34-35).

Guizot considera que as cidades e o comércio renasceram em função dos novos interesses dos homens daquela época. Com efeito, este refinamento dos costumes averiguado por este autor impulsionou o crescimento das cidades, de modo que no século XIII elas figuravam como espaços essenciais para o amadurecimento da civilização.

Além das feiras e da venda de produtos, desenvolveram-se, neste período, as corporações de ofício, fato importante quando se trata do renascimento comercial e urbano. Guizot (2005) afirma que as corporações de ofício da Idade Média remontam a antiguidade romana, quando artesãos livres começaram a se organizar e trabalhar em proveito próprio, não mais como servos ou escravos. Acreditamos que Guizot (2005) refere-se à natureza das corporações de ofício que tiveram, durante o renascimento do comércio no Ocidente medieval, um papel essencial.

Nesse sentido, os artesãos medievais organizavam-se, a exemplo dos artesãos livres da antiguidade romana, procurando trabalhar com mais tranquilidade e para si mesmos. Consideramos que esta análise sobre as corporações de ofício na Idade Média é fundamental para entendermos as reflexões tomasianas sobre a formação de mestres, visto que Tomás de Aquino fez parte de uma das principais corporações de ofício do século XIII, a Universidade.

A Universidade surgiu para defender os interesses e o trabalho dos intelectuais que, naquela época, precisavam se organizar de maneira diferente para lidar com as mudanças que estavam ocorrendo. Le Goff (2010) destaca a importância desta nova instituição, principalmente o papel exercido pela Universidade de Paris na constituição da cristandade e no processo de consolidação do pensamento Escolástico. Com efeito, Paris era a cidade em que os estudos filosóficos e teológicos desenvolviam-se mais e para onde afluíam estudantes de várias partes da Europa para estudar com grandes mestres, como Tomás de Aquino e Boaventura de Bagnoregio. Para se ter uma ideia, de acordo com Verger (2006), na Universidade de Paris, haviam quatro nações, destinadas a abrigar mestres e estudantes conforme sua ‘proveniência geográfica’: França, Picardia, Normandia, Inglaterra¹.

Nesse contexto, surgem também as Ordens Mendicantes, que irão se constituir como personagens centrais no desenvolvimento urbano e da Universidade.

Tomás de Aquino ingressou na Ordem Dominicana entre 1244 e 1245 (CHENU, 1967), período em que as Ordens Mendicantes conhecerem uma grande expansão. Chenu (1967) afirma que os mendicantes, principalmente os Menores e os Pregadores, atraíram muitos jovens e pessoas ligadas aos estudos. Não é por acaso, portanto, que Tomás de Aquino ingressou ainda muito jovem na Ordem dos Pregadores. Vale lembrar que essa escolha do teólogo não agradou à sua família, que tentou impedi-lo de vestir o hábito dominicano, visto que, sendo filho de nobres feudais, o plano era que ele assumisse um alto cargo num mosteiro tradicional – o mosteiro beneditino de Monte Cassino.

Ainda sobre os Mendicantes, Chenu (1967) explica porque representavam o novo. A comparação que o autor faz entre as novas Ordens e as instituições monásticas antigas permite observar que, diferentemente destas últimas, Menores e Pregadores rompem com as tradições feudais que as antigas Ordens assumiram para si. Ao invés de alimentarem uma ‘espiritualidade aristocrática’, procuraram aproximar-se da ‘plebe’ que, segundo Chenu, já tinha percebido sua importância na sociedade medieval.

¹ Consideramos importante ressaltar que no século XIII esses nomes designavam diferentes regiões da Europa e não países, tal como entendemos atualmente a divisão política de Estados Nacionais.

Nessa mesma perspectiva, Oliveira (2008; 2009) também ressalta a influência dos mendicantes sobre o desenvolvimento das cidades no século XIII. A autora destaca que o modo como as novas Ordens lidavam com os diferentes grupos que compunham o ambiente citadino, notadamente no seio da Universidade, evidencia o compromisso desses religiosos com o desenvolvimento da civilização do Ocidente medieval.

As causas do amor e a educação na perspectiva de Tomás de Aquino

As reflexões apresentadas até o momento nos permitem circunscrever os condicionantes históricos que formam o ambiente social e cultural de nossa fonte, que é a *Questão 27*, intitulada *A causa do amor*. Essa *Questão* faz parte do tratado das paixões da alma, composto de vinte e sete (27) *Questões* (q. 22 a q. 48). As primeiras quatro *Questões* (q. 22 a q. 25) tratam das características gerais das paixões. As seguintes (q. 26 a q. 48) tratam das peculiaridades de cada uma das onze paixões – amor, ódio, concupiscência, prazer, tristeza, esperança, desespero, temor, audácia e ira. Esse tratado faz parte da Primeira Seção da Segunda Parte da *Suma Teológica*.

Antes mesmo de iniciarmos a análise da *Questão 27*, é necessário explicar que ela é dividida em quatro Artigos, destinados, cada um deles, a responder um determinado questionamento acerca do problema principal. Assim, os quatro Artigos apresentam as seguintes perguntas: *O bem é a causa do amor?*; *O conhecimento é a causa do amor?*; *A semelhança é a causa do amor?*; e, por fim, *Alguma outra paixão da alma é causa do amor?*. Para as finalidades deste trabalho, enfatizaremos os três primeiros artigos, pois entendemos que eles estão mais diretamente relacionados ao objeto de estudo em tela.

Assim, no primeiro Artigo, apresenta o bem como causa do amor enquanto objeto próprio da vontade:

Como foi dito acima, o amor pertence à potência apetitiva que é uma força passiva. Por isso, seu objeto se refere a ela como a causa de seu movimento ou ato. É preciso, pois, que aquilo que é objeto do amor seja propriamente a sua causa. Ora, o bem é o objeto próprio do amor, porque, como foi dito, o amor implica certa conaturalidade ou complacência do amante com o amado, e para cada um é bom o que lhe é conatural e proporcionado. Por conseguinte, o bem é a causa do amor (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I-II, q. 27, a. 1, rep., grifo nosso).

Na resposta à *Questão O bem é a causa do amor?*, o autor argumenta que o bem é causa do amor como objeto, ou seja, sendo o bem o objetivo da ação humana e o amor princípio desta ação, então o bem causa o amor porque é objeto do agir humano.

Além disso, Tomás de Aquino desenvolve a ideia de que o amor está na potência apetitiva da alma, ou seja, pertence à vontade que é uma potência passiva, no sentido de que é

movida mediante a ação do intelecto. O objeto próprio da vontade na concepção deste pensador é o bem, que é tido como tal a partir do consentimento acerca do que convém ao indivíduo (GILSON, 1995). O consentimento é, conforme o teólogo, o ato de refletir sobre as causas e consequências da ação humana, de modo que funciona, a nosso ver, como uma ponte entre o intelecto e a vontade. Na Questão 15, intitulada *O consentimento, que é ato da vontade, comparado com aquilo que é para o fim*, o autor discorre sobre este processo e afirma: “Assim, consentimento se diz enquanto agrada para agir; eleição, enquanto se prefere às coisas que não agradam” (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I-II, q. 15, sol. 3). Deste modo, acreditamos que o consentimento, na concepção tomasiana, remete ao que hoje entendemos como consciência. A consecução do bem depende, como podemos verificar na passagem acima, da adaptabilidade deste com a vontade. Esta adaptabilidade, como ficou demonstrada pelo teólogo, é o amor.

Assim, o bem é causa do amor enquanto objeto próprio da vontade, que o ser persegue mediante a ‘conaturalidade do amante com o amado’. O amor é o princípio do movimento da vontade para a obtenção daquilo que considera como um bem:

[...] portanto, deve-se dizer que o mal nunca é amado senão sob a razão de bem, isto é, enquanto é um bem relativo apreendido como um bem absoluto. Assim é mau o amor que não tende para o que é absolutamente o verdadeiro bem. É desta maneira que o homem ama a iniquidade, enquanto que por ela alcança um certo bem, como o prazer, o dinheiro ou coisa semelhante (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I-II, q. 27, a. 1, sol. 1, grifo nosso).

Tomás de Aquino, ainda neste primeiro Artigo, na resposta à primeira objeção em que o admoestador – aquele que questiona a tese do mestre – afirma que o mal poderia ser causa do amor, já que o homem pode também amá-lo, demonstra que o mal pode, sim, ser causa do amor, desde que seja tomado sob razão de bem. Isto significa que o bem de que o autor fala é o que se considera como bem em função do que decorre de certa ação. Deste modo é que o homem pode amar o mal, consentindo que este é um bem e, por isso, um fim a ser perseguido e alcançado.

Podemos considerar, por exemplo, a questão do dinheiro. No tempo de Tomás de Aquino, o século XIII, o Ocidente assiste a uma mudança fundamental, o renascimento do comércio. Nesse processo, os mercadores e artesãos principiam a enriquecer mediante o seu trabalho (LE GOFF, 1991). Ao perceber os benefícios da riqueza, o indivíduo pode, na perspectiva do teólogo dominicano, tornar-se iníquo com o fim de acumular riquezas. Neste

caso, o homem encara o mal – o ato de enriquecer-se mediante ações injustas – como um bem – o ato de enriquecer-se pelo trabalho.

Esta característica do amor remete à importância do intelecto no agir do homem. Com efeito, o mal pode ser amado desde que seja tomado como bem. Esta distinção entre o bem e o mal segundo Tomás de Aquino decorre da ação do intelecto. Nesse sentido é que pode existir bem ou mal moral nas ações humanas, na medida em que estas decorrem do juízo da razão (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I-II, q. 24, a. 1, rep.).

Mestre Tomás reflete, mais explicitamente, sobre a relação entre amor e conhecimento no segundo Artigo desta *Questão 27*:

O bem é causa do amor como objeto, como já foi dito. Ora, o bem não é objeto do apetite senão quando apreendido. Logo, o amor requer uma apreensão do bem que se ama. Por isso, diz o Filósofo, no livro X da *Ética*, que a visão corporal é o princípio do amor sensitivo. De modo semelhante, a contemplação espiritual da beleza ou da bondade é o princípio do amor espiritual. Desse modo, o conhecimento é causa do amor pela mesma razão pela qual o é o bem, que não pode ser amado se não for conhecido (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I-II, q. 27, a. 2, rep., grifos nossos).

Na resposta à *Questão*, o teólogo afirma que, sendo o bem a causa do amor enquanto objeto, é preciso que o ser tenha conhecimento do bem que ama. Nesse sentido, o saber é causa do amor enquanto identifica e apresenta o bem como tal à vontade.

Gostaríamos de chamar a atenção para uma ideia em especial: “[...] a contemplação espiritual da beleza ou da bondade é o princípio do amor espiritual” (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I-II, q. 27, a. 2, rep.). Entendemos que contemplação espiritual da beleza ou da bondade signifique, no texto de Tomás de Aquino, a reflexão sobre o belo e sobre a virtude, reflexão esta que o professor pode desenvolver com o aluno na escola. Consideramos fundamental a atuação do professor nesta atividade de pensar sobre o belo e sobre a virtude, pois sendo esta contemplação o ‘princípio do amor espiritual’, possibilita aos alunos um espaço em que podem amadurecer o amor pelo conhecimento, pela sabedoria, pela justiça. Isto, a nosso ver, estimula o educando a buscar o saber, porque passa a sentir satisfação e a enxergar sentido no processo de aprendizagem:

[...] portanto, deve-se dizer que quem busca a ciência não a desconhece totalmente, mas de certo modo já tem dela algum conhecimento, quer de modo geral ou por algum de seus efeitos, ou por ouvir alguém que a enaltece, como diz Agostinho. Daí que possuí-la não é conhecê-la desse modo, mas sim de modo perfeito (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I-II, q. 27, a. 2, sol. 1, grifo nosso).

Como podemos observar na passagem acima, o progresso das ciências também está relacionado com o amor, pois quem ama a ciência tende a buscá-la para possuí-la perfeitamente. Acreditamos que isto não diz respeito apenas às disciplinas científicas, mas também a outros saberes igualmente importantes, como aqueles que possibilitam o homem integrar-se à sociedade e ser aceito por determinado grupo social – saber como dirigir-se ao outro sem ofendê-lo, saber como portar-se à mesa etc. Portanto, o conhecimento sobre estes saberes (reflexão que conscientiza) é, de acordo com Tomás de Aquino, essencial para o crescimento do homem e da sociedade, visto que é o princípio para possuí-los de maneira perfeita.

Além disso, podemos perceber que, conforme o autor, a pessoa pode buscar a ciência, o conhecimento, também por influência de quem a exalta. Nesse sentido, entendemos que o professor tem uma atuação fundamental no que tange ao desenvolvimento no aluno do apreço pela sabedoria:

[...] deve-se dizer que para a perfeição do conhecimento se requer algo que não se requer para a perfeição do amor. De fato, o conhecimento pertence à razão, da qual é próprio distinguir o que está unido na realidade e juntar de certo modo o que é diverso, comparando uma coisa com outra. Por isso, para a perfeição do conhecimento se requer que o homem conheça em particular tudo o que há na coisa, como as partes, as potências e as propriedades. Mas o amor está na potência apetitiva, que visa à coisa como é em si. Daí que para a perfeição do amor baste que se ame a coisa segundo se apreende em si mesma. Por essa razão, sucede que uma coisa é mais amada do que conhecida, porque pode ser amada perfeitamente, se bem que não seja perfeitamente conhecida. Como fica claro, sobretudo nas ciências, que alguns amam por um certo conhecimento geral que têm delas. Por exemplo, sabendo que a retórica é uma ciência pela qual o homem pode persuadir, amam nela essa qualidade. Algo semelhante se deve dizer sobre o amor de Deus (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I-II, q. 27, a. 2, sol. 2).

Contudo, de acordo com o que o mestre Tomás afirma na resposta à segunda objeção, é possível amar algo mesmo que não tenhamos disso conhecimento perfeito. Isto ocorre porque para a perfeição do amor existem exigências diferentes com relação às que são convencionadas para a perfeição do saber. Com efeito, para amarmos perfeitamente, é necessário que nos inclinemos para a coisa tal como ela é, pois o amor está na vontade, de modo que a alcancemos realmente. Para conhecermos perfeitamente, é preciso que busquemos saber sobre todas as particularidades da coisa, tanto seus aspectos essenciais quanto acidentais, pois conhecer é ato do intelecto. Mas é preciso que haja ciência mínima sobre o objeto para que possamos amá-lo.

Mesmo que intelecto e vontade estejam, aqui, separados, vale ressaltar que para Tomás de Aquino estas duas potências são indissociáveis. A relação entre intelecto e vontade

é estabelecida no ato de consentir, pelo qual desenvolvemos consciência sobre nossa própria ação (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I-II, q. 15, a. 3, rep.). Nesse sentido, tanto a afetividade quanto a racionalidade são fundamentais para o homem.

Assim, partindo do pressuposto de que é preciso conhecer para amar, no terceiro Artigo, o teólogo aborda a questão da semelhança, analisando se esta pode ou não pode ser causa do amor:

A semelhança propriamente dita é causa do amor. Devemos, contudo, considerar que a semelhança entre várias coisas pode ser considerada sob dois pontos de vista. Primeiro, porque uma e outra coisa têm o mesmo em ato; por exemplo, se diz que são semelhantes duas coisas brancas. Segundo, porque uma tem algo em potência e por certa inclinação o que outro tem em ato; por exemplo, se dizemos que um corpo pesado existente fora de seu lugar tem semelhança com um corpo pesado que está em seu lugar. Ou ainda, porque a potência tem semelhança com o ato mesmo, visto que na mesma potência está de certo modo o ato (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I-II, q. 27, a. 3, rep.).

Em primeiro lugar, o autor afirma que a semelhança é, sim, causa do amor. Além disso, esclarece que há duas maneiras de concebê-la: a primeira diz respeito à afinidade entre seres que partilham da mesma forma, ou seja, entre seres que têm a mesma coisa em ato; a segunda refere-se à relação entre potência e ato, isto é, dois seres são também similares quando um tem em ato o que o outro tem em potência. Estas duas espécies de semelhança causam amores diferentes:

O primeiro modo de semelhança, portanto, causa o amor de amizade ou de benevolência, pois pelo fato de que duas pessoas são semelhantes, tendo a mesma forma, são por elas de certo modo unificadas. Desse modo, dois homens são um na espécie de humanidade e dois brancos na brancura. Daí que o afeto de um tende para o outro como uma só coisa consigo e lhe quer o bem como a si mesmo. – O segundo modo de semelhança causa o amor de concupiscência ou a amizade do útil ou deleitável. Isso porque tudo o que existe em potência, enquanto tal, tem o apetite de seu ato, e se possui sentido e conhecimento, deleita-se em sua consecução (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I-II, q. 27, a. 3, rep.).

O amor causado pela semelhança de forma é designado pelo autor, no excerto citado, como amor de amizade ou de benevolência. Com efeito, o fato de dois seres pensarem e agirem de maneira semelhante podem ser causas de uma relação de amizade e benevolência. Os homens, sendo dotados de potência e intelecto e terem a mesma forma podem desenvolver o amor por semelhança. As corporações de ofício da época de Tomás de Aquino são exemplos dessa relação. A universidade, por exemplo, é a reunião de mestres e estudantes que são, portanto, semelhantes nesse sentido.

Podemos pensar, também, na necessidade em respeitar o semelhante em nossa sociedade. Este preceito, a nosso ver, figura entre os que são essenciais para o desenvolvimento da civilização, uma vez que permite ações justas e coíbe atos injustos para com os outros com os quais se relacione cotidianamente. Tomás de Aquino ensina-nos que todos os humanos são assim denominados porque têm algo em comum: são formados por corpo e alma e dotados de duas potências substanciais, o intelecto e a vontade. Assim, é importante que reconheçamos em nós mesmos e nos outros esta semelhança para que possamos exercer o respeito mútuo².

O amor de concupiscência ou amizade útil é causado pelo segundo modo de ser semelhante. Nesta maneira de se relacionar, aquele que deseja realizar sua potência aproxima-se daquele cuja potência já está realizada. É o que ocorre na relação entre professor e aluno. O primeiro tem em ato o que o segundo tem em potência, que é o conhecimento. Portanto, existe um amor de concupiscência entre quem ensina e quem aprende, mas também existe amor de benevolência, pois professor e aluno são, sobretudo, seres humanos:

Foi dito acima, que no amor de concupiscência o amante propriamente se ama a si mesmo, quando quer o bem que deseja. Pois bem, cada qual se ama a si mesmo mais do que a outro, porque para si é uno na substância, ao passo que para o outro é uno na semelhança de alguma forma. Daí que, se, porque é semelhante a si na participação da forma, é impedido de conseguir o bem que ama, torna-se para ele odioso, não enquanto semelhante, mas enquanto impeditivo de seu próprio bem. Por essa razão *os oleiros brigam entre si*, pois um impede o lucro do outro. *Há contendas entre os soberbos*, porque cada um é obstáculo à superioridade que deseja (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I-II, q. 27, a. 3, rep.).

Como podemos constatar na passagem acima, o teólogo destaca que no amor de concupiscência o amante ama a si próprio, pois deseja o bem para si em última instância. Assim, é preciso que o amante procure um equilíbrio entre seu desejo e a necessidade de amar o próximo pela semelhança de substância, de modo que não enxergue seu semelhante como um obstáculo, mas como uma pessoa semelhante a ele próprio, que também tem aspirações, virtudes e vícios.

Acreditamos que o excerto acima é, também, elucidativo sobre o compromisso de Tomás de Aquino com os problemas de seu tempo. Como já ressaltamos, o século XIII é marcado pelo desenvolvimento das relações comerciais. Nesse sentido, cremos que o autor,

² De Boni (2003), ao estudar as obras de Tomás de Aquino sobre a lei divina, afirma que para este teólogo, todas as pessoas são iguais em substância. Todos – homens, mulheres, crianças, idosos, religiosos, comerciantes, mestres e estudantes – fazem parte da humanidade e, por isso, são semelhantes do ponto de vista formal. Deduz-se daí a importância do questionamento do mestre Tomás sobre se a semelhança causa amor de amizade ou benevolência, sentimento que parece constituir, para ele, o fundamento das relações sociais.

tendo passado parte de sua vida nas cidades, entrou em contato com mercadores e artesãos e, conseqüentemente, com a concorrência entre os que exerciam o mesmo negócio. Por isso, retoma a questão da semelhança como causa do amor, a fim de demonstrar a necessidade de haver moderação nas relações de interesses:

[...] deve-se dizer que no fato de alguém amar em outrem o que não ama em si, encontra-se a razão de semelhança segundo proporcionalidade. Pois, a mesma proporção existente entre alguém e aquilo que os outros amam nele, há entre ele e o que em si mesmo ama. Por exemplo, se um bom cantor ama um bom escritor, considera-se que aí há semelhança de proporção na medida em que cada um tem o que lhe convém conforme sua arte (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I-II, q. 27, a. 3, sol. 2).

Deste modo, procurando atualizar nossas potencialidades, respeitando aqueles que são semelhantes a nós é que podemos enxergar e amar, nos outros, o que nós mesmos não temos, por uma razão de proporcionalidade, como Tomás de Aquino explicita na passagem acima. Entendemos que esta semelhança segundo proporcionalidade signifique esta proximidade entre pessoas que têm diferentes habilidades necessárias à sobrevivência de toda a humanidade. Esta proximidade é que faz do homem um animal político e social por natureza, como o próprio mestre Tomás, baseando-se em Aristóteles, afirma em *Do reino ou do governo dos príncipes ao rei de Chipre*.

Nessa obra o autor reflete sobre a organização social, afirmando que o homem, sozinho, não é capaz de obter tudo o que necessita para viver bem. Assim, suas necessidades são satisfeitas na e pela sociedade, na medida em que cada indivíduo torna-se responsável por uma parte deste trabalho. Há homens que cultivam a terra enquanto outros fabricam produtos, como calçados e roupas. Os que homens cuidam dos alimentos precisam de roupas, assim como aqueles que produzem as roupas precisam de alimentos. Cada indivíduo, deste modo, procura contribuir com seu ofício:

É, todavia, o homem, por natureza, animal sociável e político, vivendo em multidão, ainda mais que todos os outros animais, o que se evidencia pela natural necessidade. Realmente, aos outros animais preparou a natureza o alimento, a vestimenta dos pelos, a defesa, tal como os dentes, os chifres, as unhas ou, pelo menos, a velocidade para a fuga. Foi, porém, o homem criado sem a preparação de nada disso pela natureza e, em lugar de tudo, coube-lhe a razão, pela qual pudesse granjear, por meio das próprias mãos, todas essas coisas, para o que é insuficiente um homem só. Por cuja causa, não poderia um homem levar suficientemente a vida por si. Logo, é natural ao homem viver na sociedade de muitos.

[...]

O homem, no entanto, possui somente em geral o conhecimento natural do que lhe é necessário à sua vida, como quem possa chegar, dos primeiros princípios universais, ao conhecimento das coisas particulares necessárias à vida humana. Ora, não é possível abarcar um homem todas essas coisas pela razão. Por onde é necessário ao

homem viver em multidão, para que um seja ajudado por outro e pesquise nas diversas matérias, a saber, uns na medicina, outros nisto, aqueloutro noutra coisa” (TOMÁS DE AQUINO, 1997, p. 127).

A partir dessas reflexões de Tomás de Aquino, podemos observar o entendimento do autor em relação ao que ocorria no século XIII a respeito do renascimento urbano e comercial, bem como do desenvolvimento da concepção da trifuncionalidade estudada por Duby (1994).

As explicações que seguem complementam a discussão que estamos fazendo:

[...] deve-se dizer que segundo a mesma semelhança da potência com o ato, quem não é liberal ama aquele que é, por esperar deste último algo que deseja. E a mesma razão explica quem persevera na amizade em relação com quem não persevera, pois em um e outro caso a amizade parece existir por ser útil. – Ou então, deve-se dizer que embora nem todos os homens tenham essas virtudes enquanto hábito completo, eles as têm enquanto sementes de razão, pelas quais quem não tem a virtude ama o virtuoso, como sendo conforme à sua razão natural (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I-II, q. 27, a. 3, sol. 4).

Ainda no terceiro Artigo, Tomás de Aquino esclarece também porque aquele que não desenvolveu a virtude pode amar alguém que já a tem em ato. Com efeito, o homem tem em si a potência da virtude e, por isso, quem ainda não é virtuoso é capaz de amar o virtuoso por esta semelhança entre potência e ato.

Nesse sentido, a educação das crianças é importante, pois o educador pode apresentar as virtudes aos educandos para que estes as possam conhecê-las, amá-las e, por conseguinte, desejá-las e desenvolvê-las. A formação de educadores, portanto, é crucial para o ensino das virtudes, bem como dos conhecimentos científicos. Para formar homens virtuosos, conforme entendemos este terceiro Artigo, é preciso que o educador tenha a virtude em ato. Não basta apenas falar sobre a virtude, mas, além disso, é necessário agir virtuosamente.

No *De Magistro*, ao refletir sobre o ensino, Tomás de Aquino afirma a necessidade de o mestre possuir o conhecimento que pretende ensinar em ato:

E é por isto que se diz que o professor ensina ao aluno: porque este processo da razão – que a razão natural faz em si – é proposto de fora pelo professor por meio de sinais, e assim a razão do aluno – por meio do que lhe é proposto como certos instrumentos de ajuda – atinge o conhecimento do que ignorava (TOMÁS DE AQUINO, *DM*, a. 1, rep.).

E ainda:

No aluno, o conhecimento já existia, mas não em ato perfeito, e sim como que em ‘razões seminais’, no sentido que as concepções universais, inscritas em nós, são como que sementes de todos os conhecimentos posteriores. Ora, se bem que essas

razões seminais não se transformem em ato por uma virtude criada como se fossem infusas por uma virtude criada, no entanto, essa sua potencialidade pode ser conduzida ao ato pela ação de uma virtude criada.

O professor infunde conhecimento no aluno não no sentido – numérico – de que o mesmo conhecimento que está no mestre passe para o aluno, mas porque neste, pelo ensino, se produz passando de potência para ato um conhecimento semelhante ao que há no mestre (TOMÁS DE AQUINO, *DM*, a. 1, sol. 5; sol. 6).

Como podemos perceber nos excertos acima, Tomás de Aquino considera indispensável que o mestre, o educador, tenha em si o que deseja ensinar aos alunos. Vale ressaltar, aqui, que isso acontece não somente em relação aos conteúdos da Filosofia e das Ciências, mas também no que tange às virtudes. Nesse sentido, o professor é referência para o aluno e seu comportamento pode inspirar, segundo o teólogo dominicano, o amor do aluno não necessariamente à pessoa dele, mas também ao seu modo de agir.

Considerações finais

A comunicação que apresentamos nesta oportunidade, que enfatiza as contribuições de Tomás de Aquino para a formação/educação dos homens na civilização do Ocidente medieval e vinculada ao campo da História da Educação, desperta reflexões relevantes.

Podemos perceber que o debate acerca do amor e de suas causas transcende o conceito de amor como sinônimo de apreço incondicional entre amantes. O amor e suas causas, de acordo com a *Questão 27* da Primeira Seção da Segunda Parte da *Suma Teológica*, diz respeito a ação humana determinada social e historicamente. Assim, o desenvolvimento da pessoa passa, segundo Tomás de Aquino, pelo aprimoramento das potências intelectuais e volitivas, que principia justamente no ato de amar causado por diversos elementos – o bem, o conhecimento, a semelhança e as demais paixões da alma.

Acreditamos que essa discussão travada por mestre Tomás na Universidade está intimamente relacionada com os problemas de sua época, o século XIII. Consideremos, por exemplo, a profunda diferença na educação daquele que vivia com a família limitado à sociabilidade do feudo e aquele que precisava dividir o espaço na crescente diversidade cidadina. Afinal, o que fazia o homem da cidade amar isto ou aquilo? Quais as causas da motivação primeira de todos os homens? Acreditamos que essas eram perguntas que o tempo de Tomás de Aquino necessitava responder.

Considerando as evidentíssimas diferenças entre o tempo de Tomás de Aquino e o nosso tempo, verificamos que as obras do teólogo dominicano do século XIII contêm lições importantes também para nós, homens do século XXI, estudantes e professores de cursos de

licenciatura constantemente desafiados pela implacabilidade do tempo. Assim como no século XIII, nós continuamos, no século XXI, a amar e a agir motivados por uma série de coisas. Como discentes e docentes preocupados com a educação contemporânea, somos convidados por Tomás de Aquino a realizar uma reflexão sobre nós mesmos, sobre o que nos motiva a continuar procurando soluções para os problemas educacionais da nossa época. A nosso ver, essa é uma questão ontológica e epistemológica da qual depende o nosso presente e o nosso futuro.

Referências

- BLOCH, M. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- CHENU, M.D. *Santo Tomás de Aquino e a Teologia*. Rio de Janeiro: Agir Editôra, 1967.
- DE BONI, L. A. *De Abelardo a Lutero: estudos sobre filosofia prática na Idade Média*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
- DUBY, G. *As três ordens ou o Imaginário do Feudalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- GILSON, E. *A filosofia na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- GUIZOT, F. Sétima lição. In: OLIVEIRA, T.; MENDES, C. M. M. *Formação do Terceiro Estado as comunas: coletânea de textos de François Guizot, Augustin Thierry, Prosper de Barante*. Maringá: Eduem, 2005.
- LE GOFF, J. *Mercadores e Banqueiros da Idade Média*. Martins Fontes. São Paulo. 1991.
- LE GOFF, J. *Os Intelectuais na Idade Média*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.
- NUNES, R. *História da Educação na Idade Média*. São Paulo: Edusp, 1979.
- OLIVEIRA, T. *Escolástica*. São Paulo: Editora Mandruvá, 2005.
- OLIVEIRA, T. O ambiente citadino e universitário do século XIII: um locus de conflitos e novos saberes. In: _____ (org.). *Antiguidade e Medievo: Olhares Histórico-Filosóficos da Educação*. Maringá: Eduem, 2008.
- OLIVEIRA, T. Memória e História da educação medieval: uma análise da Autentica Habita e do Estatuto de Sorbonne. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 3, p. 683-698, nov. 2009.
- POLÍBIOS. *História*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.
- TOMÁS DE AQUINO. Do reino ou do governo dos príncipes, ao rei de Chipre. In: _____. *Escritos Políticos*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- TOMÁS DE AQUINO. *Sobre o ensino (De Magistro), os sete pecados capitais*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica*. São Paulo: Edições Loyola, 2003. (v. III).
- VERGER, J. Universidade. In: LE GOFF, J.; SCHMITT, J.-C (orgs.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru : Edusc, 2006.